

COLEÇÃO COMPONENTES ELETIVOS FUNDANTES

CIÊNCIAS HUMANAS

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA I – O TERRORISMO DO ESTADO

Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ceará – EEMTI

Elmano de Freitas da Costa
Governador

Jade Afonso Romero
Vice-Governadora

Eliana Nunes Estrela
Secretária da Educação

Maria Jucineide da Costa Fernandes
Secretária Executiva de Ensino Médio e Profissional

Gezenira Rodrigues da Silva
Coordenadora da Educação em Tempo Integral

Teresa Márcia Almeida da Silveira
Articuladora da Coordenadoria da Educação em Tempo Integral

Daniela Bezerra de Menezes Gomes
Orientadora da Célula de Desenvolvimento da Educação em Tempo Integral

Denylson da Silva Prado Ribeiro
Orientador da Célula de Acompanhamento da Educação em Tempo Integral

Elaboração

Daniela Bezerra de Menezes Gomes

Diego Antonio Pinheiro Soca

Tereza Maria Pimentel Sousa

Acompanhamento

Equipe Técnica CEDTI:

Ana Marilene Feitosa de Andrade

Ana Paula Silva Vieira

Leonardo Saraiva do Nascimento

Lívia Pereira Chaves

Maria Nahir Batista Ferreira Torres

Maria Socorro Braga Silva

Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Roserlany Francelino Gomes

Tereza Maria Pimentel Sousa

Revisão:

Ana Paula Silva Vieira

Lívia Pereira Chaves

Paulo Eugênio Rifane de Sousa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C387m Ceará, Secretaria da Educação do
Memória, verdade e justiça I - terrorismo do estado /
Secretaria da Educação do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2024.

36 p. : il.

ISBN 978-85-8171-687-9

ISBN 978-85-8171-689-3 (E-book)

1. Ditadura militar. 2. Brasil 3. Reflexão. I. Título.

CDD: 981.063

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria da Educação do Estado do Ceará, por meio da Coordenadoria de Educação em Tempo Integral (COETI), apresenta às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EEMTI a coleção de fascículos que abordam componentes eletivos que compõem a parte flexível do currículo.

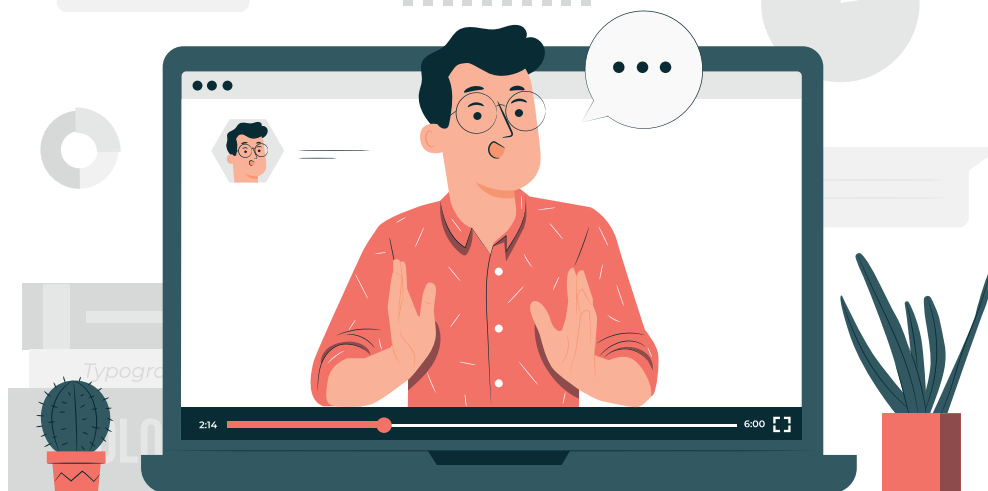
A disponibilização deste material para as EEMTI tem como objetivos:

I. Oferecer apoio pedagógico e didático a professoras e professores que lecionam esses componentes eletivos.

II. Oportunizar às/aos estudantes subsídios para o desenvolvimento de competências e habilidades nos itinerários escolhidos, a partir de seu Projeto de Vida, favorecendo a aquisição de novos conhecimentos, a ampliação da aprendizagem e o seu crescimento cognitivo e socioemocional.

A elaboração desses fascículos está vinculada às ementas do Catálogo dos Componentes Curriculares Eletivos de 2024. Nesta quarta tiragem, foram selecionados alguns componentes eletivos fundantes, ou seja, que apresentam assuntos essenciais e contextualizados, capazes de gerar interesses de aprofundamento nas/nos jovens, a partir das temáticas abordadas. Esses componentes estão relacionados às quatro áreas de conhecimento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e a uma unidade curricular de Formação Profissional.

MENSAGEM À/AO PROFESSORA/PROFESSOR



Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dez competências gerais devem ser desenvolvidas pelas/pelos estudantes ao longo do Ensino Médio. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, espera-se que você, professora/professor, possa mediar o processo de desenvolvimento dessas competências e habilidades, mais especificamente, na unidade curricular eletiva de MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA I, que tem como objetivo discutir o Golpe civil-militar de 1964 no Brasil e o regime de exceção que perdurou por 21 anos (1964-1985), com atenção aos efeitos que a Ditadura causou à sociedade brasileira em seus mais diversos setores e aspectos. Esse fascículo trata especificamente de dois conceitos chaves para compreendermos a Ditadura de uma forma mais aprofundada: o primeiro conceito é a *DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL*, que forneceu o embasamento ideológico para os golpes militares ocorridos na América Latina a partir da década de 1960, dentro do contexto da bipolarização da Guerra Fria; e o segundo é o do *TERRORISMO DE ESTADO*, estratégia utilizada pelos militares para a imposição dos regimes de exceção que se instituíram após esses golpes, através da violência e da repressão.

O fascículo está organizado em duas partes, com uma ou mais habilidades afins, selecionadas da BNCC. Cada PARTE é composta por: situações-problema, atividades (PARA COMPREENDER), etapa da construção para prática (ATIVIDADE PRÁTICA) e avaliação (PRATICANDO EU APRENDO).

Para a realização das atividades deste fascículo, a leitura e a interpretação de textos são o foco para o desenvolvimento das múltiplas habilidades pelas/pelos estudantes. No desenvolvimento da ATIVIDADE PRÁTICA, converse com as/os estudantes e organize, quando necessário, a formação de equipes para a realização da proposta.

O fascículo encerra com a atividade de uma produção prática, interdisciplinar, visto a importância de se aplicarem os conhecimentos estudados de forma experimental, por meio de um produto com função social, a fim de estimular o protagonismo nessa construção. Esse momento, ao final de cada semestre, chama-se CULMINÂNCIA e pode ser realizado em um dia, organizado e planejado pelas/pelos estudantes e pela equipe escolar, com convite a toda a comunidade escolar (remoto ou presencial), para que o resultado dos estudos, das pesquisas e das criações possam ser comunicados; e o protagonismo das/dos jovens, valorizado.

Esperamos, pois, que este fascículo contribua para enriquecer a sua prática pedagógica, auxiliando-a/o no planejamento das suas aulas e fortalecendo os processos de ensino e de aprendizagem.

Sucesso e boas aulas!

PARTE

Cada PARTE é composta por até três atividades (PARA COMPREENDER) e Avaliação (PRATICANDO EU APRENDO).

UNIDADE

A UNIDADE é composta por uma, duas ou até três habilidades afins, selecionadas da BNCC ou da matriz do ENEM.

 PARA COMPREENDER

As atividades do **PARA COMPREENDER** são constituídas, em geral, por até três questões reflexivas e de respostas construídas.

 PRATICANDO EU APRENDO

O **PRATICANDO EU APRENDO** é o espaço destinado à avaliação, que será composta de itens de múltipla escolha, aplicados pelo SPAECE, ENEM ou SAEB, sobre a área de conhecimento a que a eletiva pertence.

 FIQUE DE OLHO

O ícone **FIQUE DE OLHO** apresenta lembretes que são muito importantes para a compreensão do assunto.

 SAIBA MAIS

O **SAIBA MAIS** aprofunda os conhecimentos e aborda curiosidades sobre: assunto, autor, livro, dicas de sites e/ou um complemento relevante para o tema, sempre relacionado ao desenvolvimento da habilidade.

 CULMINÂNCIA

A **CULMINÂNCIA** apresenta as instruções para elaboração de um produto com função social. Assim, a/o estudante estará preparada/preparado e segura/seguro para produzir, juntamente com seus colegas, um objeto com a finalidade de estimular o protagonismo estudantil para ser compartilhado com a comunidade escolar.



MENSAGEM À/AO ESTUDANTE

Parabéns por ter escolhido esta unidade curricular eletiva para o seu currículo, pois a expansão dos seus conhecimentos sobre MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA a respeito do período histórico da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) pode fazer grande diferença em sua vida, ajudando-a/o na sua formação intelectual e preparando-a/o para a ampliação de seus conhecimentos a respeito da realidade política e social brasileira, a compreensão mais aprofundada da história recente do Brasil, o exercício pleno de sua cidadania e o respeito e defesa das instituições democráticas de nosso país.

Ressalta-se que, para a escolha de uma UCE, faz-se necessário se autoconhecer, identificar os valores nos quais se sustentam o seu Projeto de Vida e como esses valores podem contribuir para o seu sucesso como pessoa e como cidadã/cidadão.

Prepare-se para a viagem do conhecimento por meio da leitura de textos que irão aprofundar seus conhecimentos históricos sobre as motivações ideológicas que levaram os militares e parte da sociedade civil do nosso país a escolher a via do autoritarismo após o golpe militar de 1964, através da difusão da DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL entre os militares brasileiros, no contexto internacional do acirramento da polarização entre Estados Unidos e União Soviética, durante o período da Guerra Fria. Você vai estudar também sobre os métodos pelos quais os militares impuseram o poder durante esse período, através do TERRORISMO DE ESTADO, que foi uma série de estratégias que incluíam leis de exceção, uso de violência física e psicológica, sequestros, torturas, execuções, desaparecimentos e censura contra toda e qualquer cidadã ou cidadão considerada/o como “inimigo interno”. Ademais, você verá, ao longo do texto, diversas dicas de filmes, livros e *sites* sobre o tema, além de atividades complementares e questões atuais do ENEM e do vestibular da UECE, tudo pensado para que você possa expandir seus conhecimentos a respeito desse período sombrio da história recente de nosso país.

Cada unidade que você vai estudar traz elementos para que, ao final da disciplina, seja desenvolvido um produto científico, educacional, cultural ou outros. Você, a/o professora/professor e a turma irão produzir e apresentá-lo no momento da CULMINÂNCIA, que acontece ao final de cada semestre. Sugere-se planejar este dia, junto às/aos colegas de outras UCE, com um momento para compartilhar esses estudos, pesquisas e criações, de modo que outras/outras estudantes e a comunidade escolar conheçam mais sobre o que desenvolveram. Este pode ser um dia de bastante interação, animação e troca de conhecimentos!

A finalidade é que este material a/o auxilie a exercer o protagonismo, de modo que você identifique seus potenciais, interesses, paixões e estabeleça estratégias e metas para alcançar seus próprios objetivos em todas as dimensões.

Sucesso e bom estudo!

SUMÁRIO E COMPETÊNCIAS

PARTE 1:	0
A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	0
Unidade 1: O que foi a Doutrina de Segurança Nacional?	0
Unidade 2: A Guerra Revolucionária	0
Unidade 3: Os golpes de Estado na América Latina nas décadas de 1960 e 1970	0
Unidade 4: A Operação Condor	0
Para compreender	0
Praticando eu aprendo	0
PARTE 2:	0
O CICLO DO TERROR	0
Unidade 5: O que é Terrorismo de Estado?	0
Unidade 6: Sequestros, tortura, prisão e desaparecimento	0
Unidade 7: Os órgãos de repressão	0
Unidade 8: A legislação repressiva	0
Para compreender	0
Praticando eu aprendo	0
Culminância	0
Referências	0

HABILIDADES BNCC A SEREM TRABALHADAS NESTA UNIDADE

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latinoamericana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

PARTE 1:

A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

UNIDADE 1

O QUE FOI A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL?



Discurso de Harry Truman no Congresso dos EUA, em 12 de março de 1947.

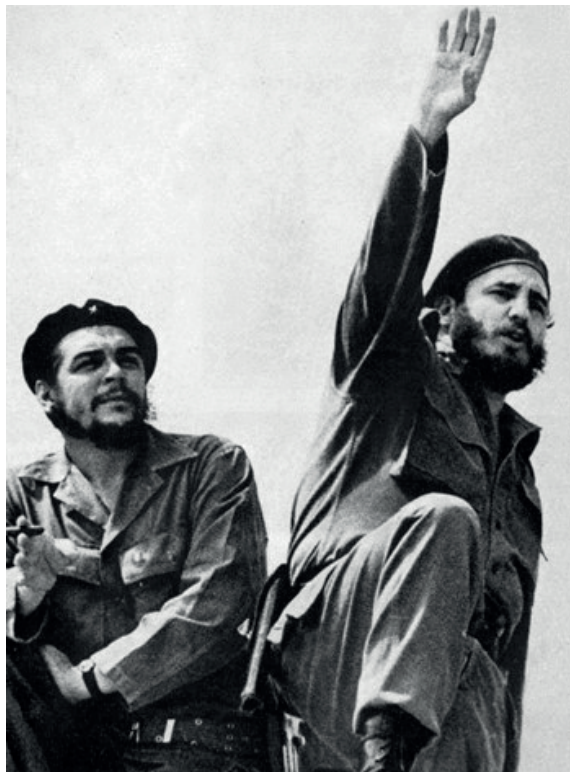
Fonte da imagem: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61560065>.

Data de acesso: 10/06/2024.

A *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) nasceu nos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, justificada como uma doutrina de defesa da “civilização ocidental e cristã”, a partir de uma guerra permanente e ideológica contra o comunismo. Foi citada pela primeira vez pelo presidente Harry Truman (1945-1953) em um discurso no Capitólio, em 1947, em que pregou que os EUA deveriam ajudar as outras nações a manter suas políticas e sua integridade nacional, a fim de impedir a expansão do comunismo soviético. A partir de então, os EUA atribuíam-se a missão de defender o “mundo livre” contra o comunismo, o que legitimou a criação de estratégias militares intervencionistas, principalmente para a América Latina, no sentido de preparar as Forças Armadas desses países para o combate contra a “infiltração” marxista, a partir da imposição de regimes autoritários, da supressão das garantias constitucionais e da imposição do terror.

Podemos localizar os antecedentes da DSN na fundação do *National War College*, nos EUA, ao final da Segunda Guerra Mundial, que foi fundado com o objetivo de pensar no cenário que se formaria após a derrota da Alemanha Nazista, onde os estadunidenses deveriam reafirmar sua liderança e sua hegemonia no Ocidente capitalista. A criação e difusão da DSN foi, na realidade, uma mudança do eixo do conflito que antes opunham fascistas contra antifascistas, em um conflito entre defensores da democracia versus comunistas. Era o reconhecimento da “ameaça comunista” como principal perigo à hegemonia estadunidense e como principal desafio a ser enfrentado pelo “mundo livre” do Ocidente. Será no final da década de 1950, já no governo Kennedy, que os EUA finalmente instrumentalizam a DSN para sua aplicação funcional, através do treinamento das

Forças Armadas latino-americanas. O contexto do final da década apresentava dois pontos sensíveis aos interesses estadunidenses na região: o primeiro seria a Revolução Cubana, de 1959, e o alinhamento de Cuba à esfera de influência da União Soviética; e o segundo, o aumento das tensões sociais em diversos países, que contestavam o *status quo* e, por consequência, ameaçavam as burguesias nacionais dos países latino-americanos, alinhadas aos Estados Unidos.



**Ernesto “Che” Guevara e Fidel Castro,
líderes da Revolução Cubana**

Fonte da imagem: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:CheyFidel.jpg>

Data de acesso: 10/06/2024.

FIQUE DE OLHO

A Revolução Cubana foi conduzida por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, líderes de uma guerrilha instalada no interior do território cubano, entre 1956 e 1959. A guerrilha buscava derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, que havia chegado ao poder em 1952 por meio de um golpe militar. Após idas e vindas, o movimento instalou-se no interior do país e foi realizando ataques, os quais resultaram na derrubada da ditadura de Batista em 1º de janeiro de 1959. O novo governo cubano que se estabeleceu foi liderado por Fidel Castro e realizou uma série de mudanças econômicas no país, como a tentativa de diversificar a economia, fortemente dependente da exportação do açúcar, assim como a realização da reforma agrária e da nacionalização de diversas empresas estrangeiras. Essas medidas causaram insatisfação nos Estados Unidos, que romperam relações com Cuba e tentaram derrubar o governo cubano em 1961. A quebra de relações com os EUA resultou na aliança dos cubanos com a União Soviética, dentro do contexto bipolarizado da Guerra Fria.

Uma das principais características da DSN era sua maleabilidade no que diz respeito à determinação do inimigo que se pretendia combater. Uma de suas premissas era de

que a “ameaça comunista” era representada por dois inimigos, o externo, materializado pela existência da URSS¹, e o interno, ou seja, os atores políticos e sociais alinhados à ideologia marxista. O “inimigo interno” era indeterminado, desconhecido; no entanto, sua existência era real e combatê-lo era primordial. O Estado precisava estar à altura do combate e os mecanismos para isso viriam através das políticas de terrorismo de Estado. Para tanto, o Estado, inclusive, deveria promover políticas preventivas para evitar a “contaminação” das ideias que não pertenciam ao estilo de vida ocidental. Qualquer cidadão poderia ser um inimigo em potencial.

A Guerra Fria e a Revolução Cubana serviram de pretexto para a extrapolação dos limites legais da atuação estatal, o que fez com que ficassem aparentemente desconexas dessa dinâmica as intenções concretas de organizar a economia da América Latina segundo as novas modalidades da internacionalização do capital e do trabalho e da imposição da política de *portas abertas*, ou seja, a abertura das economias regionais aos interesses das grandes corporações multinacionais. A própria DSN já era pensada, teorizada e difundida através das Escolas de Guerra criadas pelo governo estadunidense antes mesmo da Revolução Cubana.

O anticomunismo não era nenhuma novidade no cenário político-ideológico dos países latino-americanos na década de 1950. Setores políticos e sociais de esquerda, que contestavam abertamente o *establishment*², desde muito antes, sofriam com a repressão. Nunca é demais recordar o tratamento dado às questões sociais no Brasil ao longo da Primeira República, sempre na base da violência policial. O Estado Novo não trataria de outra forma a esquerda. A novidade trazida pelo discurso da DSN era a centralidade na construção da figura do “inimigo interno”, que servia como uma forma de coesão interna, no sentido de mascarar os conflitos de classe existentes nas sociedades latino-americanas. Era necessário construir um consentimento tácito da sociedade às ações extraleais do Estado no combate ao “inimigo interno”, e, para tanto, a propaganda de sua existência como uma terrível ameaça, com o intuito de gerar pânico e terror, tinha exatamente esta finalidade. A guerra contra a “ameaça comunista” e o “inimigo interno” deveria ser total, ou seja, envolver todos os esforços do Estado no combate ao inimigo. O discurso da DSN justificava a ausência de limites nesses esforços.

A principal forma de difusão dos ditames da DSN foi através do intercâmbio proporcionado com a criação das Escolas Militares. Estas serviam principalmente para o treinamento de integrantes das Forças Armadas e policiais, que, por conseguinte, seriam os responsáveis por implementar as diretrizes da DSN em seus respectivos países. O ponto

1 A **União Soviética** (em russo: *Советский Союз*, transliterado como *Sovetski Soiuz*), oficialmente **União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)** foi um Estado socialista localizado no norte da Eurásia que se estendeu desde os mares Báltico e Negro até o Oceano Pacífico, e que existiu entre 1917/22 e 1991. Uma união de várias repúblicas soviéticas subnacionais, a URSS era governada num regime unipartidário comandado pelo Partido Comunista da União Soviética e tinha como sua capital a cidade de Moscou.

A União Soviética teve suas raízes na Revolução Russa de 1917, que depôs a autocracia imperial. Após a revolta, os bolcheviques, liderados por Vladimir Lenin, derrubaram o governo provisório que tinha sido estabelecido. A República Socialista Federativa Soviética Russa foi então criada e a Guerra Civil Russa começou. O Exército Vermelho entrou em diversos territórios do antigo Império Russo e ajudou os comunistas locais a tomarem o poder. Em 1922, os bolcheviques foram vitoriosos, formando a União Soviética, com a unificação das repúblicas soviéticas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia.

(Fonte: Wikipédia)

2 O termo “establishment” refere-se geralmente ao sistema existente de autoridade ou poder em uma sociedade, especialmente quando se trata de instituições dominantes ou influentes, como o governo, grandes empresas, mídia tradicional e elites políticas e econômicas. O “establishment” muitas vezes implica uma estrutura consolidada de poder que tende a resistir a mudanças significativas ou desafios externos.

de partida foi a criação do *National War College*, em 1946, conforme já mencionamos. Em 1949, surge a Escola do Caribe, na zona de ocupação do Canal do Panamá, para treinamento de oficiais. Posteriormente, a partir dos anos 1960, foram implementados os primeiros programas de contra-insurgência e a Escola do Caribe passou a ser conhecida como “Escola das Américas”. Entre 1961 e 1977, mais de 33 mil militares latino-americanos passaram pelos seus cursos. A criação dessas Escolas de Guerra significava uma grande economia de recursos humanos e financeiros aos Estados Unidos na aplicação de sua política de “contenção” ao comunismo internacional. Isso porque, ao treinar e financiar as Forças Armadas dos países “periféricos” – sob sua esfera de influência, economizava-se capital financeiro e político, visto que o uso de suas próprias tropas militares, além de ser caro, gerava críticas internas. Os EUA, com a sensível diminuição do custo da manutenção da rede de proteção e segurança dos seus próprios interesses, através do treinamento das Forças Armadas latino-americanas, combinado com as expectativas comerciais da indústria bélica, beneficiavam-se do lucro gerado por toda essa engenharia político-militar, emoldurado pelo discurso da segurança nacional.

FIQUE DE OLHO

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada em 1949, inspirada na escola de guerra norte-americana, e diretamente ligada ao alto-comando das Forças Armadas. Surgida no contexto da Guerra Fria, sua principal tarefa era a de preparar os militares brasileiros para o desafio de garantir a “segurança nacional”. Foi o organismo responsável por replicar os principais preceitos da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Muitos militares que passaram pela ESG fizeram parte do alto escalão da ditadura militar após o golpe de 1964.



Escola Superior de Guerra – diplomados de 1950

Fonte da imagem: <https://memorialdademocracia.com.br/publico/thumb/18526/740/440>. Data de acesso: 10/06/2024.

Além das aulas práticas dadas aos oficiais nas Escolas Militares, os manuais difundidos por estas pormenorizavam todos os esforços que o Estado deveria realizar para extirpar a “ameaça comunista” e derrotar o “inimigo interno”. Neles, constavam os *modus operandi* contra insurgente das forças de segurança e as políticas de terrorismo de Estado que deveriam ser executadas, independente se eram ou não legais. A maleabilidade do conceito de “inimigo interno” permitia que qualquer cidadão pudesse ser alvo da “desinfecção”, independentemente de seu envolvimento político com grupos que contestavam o *status quo*. Os “excessos” cometidos eram prontamente justificáveis dentro da lógica de que os fins justificam os meios. A defesa da segurança nacional mesclava-se com a defesa da própria pátria e de seus valores transcendentais.

UNIDADE 2

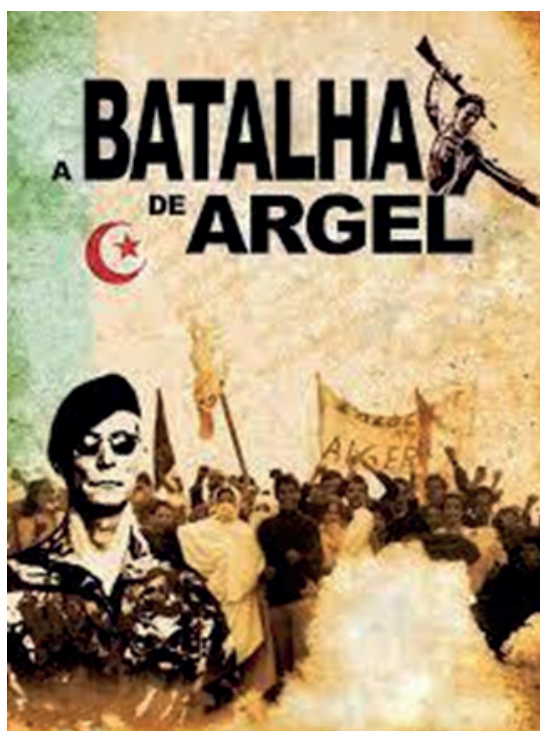
A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

As experiências acumuladas nas guerras de independência da Indochina e da Argélia, pelos militares franceses, e posteriormente na Guerra do Vietnã, pelos estadunidenses, serviriam de base para a constituição dessas cartilhas de atuação das Forças Armadas latino-americanas. A Guerra de independência da Argélia, que se desenrolou entre 1954 e 1962, constituiu-se uma guerra de descolonização travada entre a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o poder colonial francês, instalado desde 1830. Foi um conflito basicamente de guerrilha urbana e o governo francês autorizou seus militares a usarem “poderes especiais”, que utilizavam de métodos ilegais para combater tal guerrilha.

Entre esses métodos estavam o uso sistemático de tortura nos interrogatórios, com o pretexto de conseguir informação o mais rápido possível, num cenário em que as operações guerrilheiras ocorriam no bairro árabe de Argel (a *Kasbah*), uma medina constituída de estreitas vielas labirínticas, onde os guerrilheiros encontravam fácil refúgio depois das ações armadas contra as forças francesas. A justificativa era de que, quanto mais rápida fosse extraída a informação, mais rápida poderia ser desbaratada a ação guerrilheira e, assim, conseguiriam evitar novos ataques contra as forças francesas e a população franco-argelina.

SAIBA MAIS

FILME - “A BATALHA DE ARGEL” (1966)



Fonte da imagem: [Fonte: https://www.adorocinema.com/filmes/filme-89957/](https://www.adorocinema.com/filmes/filme-89957/)
Data de acesso: 10/06/2024.

A Batalha de Argel é um filme/documentário, de 1966, dirigido por Gillo Pontecorvo. O roteiro se baseia em fatos ocorridos no período de 1954-1962, quando o povo da Argélia lutou contra a ocupação colonialista francesa no país (Guerra da Argélia).

Disponível em: A Batalha de Argel - Filme legendado em português

Tais práticas desenvolvidas pelos franceses nas guerras de independência da Indochina e da Argélia seriam decorrentes de uma nova conceituação teórica de guerra, desenvolvida por oficiais de alta patente envolvidos nesses conflitos. Essa nova conceituação ficaria conhecida como *Guerra Revolucionária*. Foi necessária essa nova conceituação porque os franceses constataram que não poderiam enfrentar as frentes de libertação nacional na forma da guerra convencional, já que esses movimentos estavam influenciados pelas teorias de Mao-Tsé Tung e, portanto, focavam suas conquistas nas populações, e não nos territórios, deslocando o foco da guerra moderna para a ação psicológica, pois o inimigo se apresentava de forma fluida, atuando clandestinamente no seio da população.

A doutrina francesa influenciou diretamente o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional. As ideias francesas são absorvidas e problematizadas pelos teóricos das escolas militares dos EUA, adequando os conceitos franceses voltados ao controle de populações coloniais sublevadas à conjuntura bipolar da Guerra Fria.

UNIDADE 3

OS GOLPES DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Na década de 1960 e 1970, a América Latina testemunhou uma série de golpes de Estado que moldaram profundamente a trajetória política e social da região. Em todos os países, os golpes foram marcados por instabilidade política, repressão e ascensão de regimes autoritários, muitas vezes, justificados pelos argumentos da Doutrina de Segurança Nacional. Em relação ao Brasil, já vimos os antecedentes e toda a articulação golpista que derrubou o governo constitucional de João Goulart, em março de 1964. Vejamos agora um resumo de golpes que ocorreram em alguns países do continente.

URUGUAI (1973)

Na década de 1970, o Uruguai enfrentava uma crescente polarização política entre forças de esquerda e direita, agravada pela insurgência de grupos guerrilheiros urbanos, como o *Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros*. A deterioração da ordem social e a busca por soluções autoritárias foram fatores que contribuíram para a articulação golpista dos militares.

Em 27 de junho de 1973, o presidente Juan María Bordaberry, sob pressão das Forças Armadas, dissolveu o Congresso e concedeu amplos poderes aos militares. Esse ato marcou o início oficial da ditadura, que durou até 1985, e resultou na suspensão das liberdades civis, na censura à imprensa, na perseguição política e no uso sistemático da tortura contra dissidentes.



SAIBA MAIS

FILME - “ESTADO DE SÍTIO” (1972)



Fonte da imagem: <https://www.cafecomfilme.com.br/filmes/estado-de-sitio-1972>

Data de acesso: 10/06/2024.

Estado de Sítio é um filme de 1972, dos gêneros *drama histórico* e *suspense*, dirigido por Costa-Gavras, com roteiro dele e de Franco Solinas, e trilha sonora de Mikis Theodorakis. A história se baseia em fatos reais: o sequestro, no Uruguai, do agente americano Dan Mitrione e do cônsul brasileiro Aloysio Gomide pelos Tupamaros, em Montevideú, no ano de 1970.

CHILE (1973)

Salvador Allende, um líder socialista chileno, assumiu a presidência em 1970, prometendo implementar reformas para reduzir as desigualdades sociais e econômicas do país. No entanto, seu governo enfrentou forte oposição da elite empresarial, da mídia conservadora e das Forças Armadas, que viam suas políticas como uma ameaça aos interesses econômicos e à ordem estabelecida.

O golpe foi desencadeado por uma série de eventos, incluindo paralisação de setores da sociedade, protestos e *lockouts* (greves ordenadas pelos patrões). Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas, lideradas pelo general Augusto Pinochet, com apoio dos Estados Unidos, lançaram um ataque brutal com bombas ao Palácio de *La Moneda*, onde Allende resistiu até o último momento.

Com a instalação da ditadura militar, o general Pinochet consolidou seu poder e implementou um regime de terrorismo de Estado. Milhares de opositores políticos foram presos, torturados e executados. A liberdade de imprensa foi suprimida, e as instituições democráticas foram desmanteladas. O Chile tornou-se um país autoritário, caracterizado pela violação dos direitos humanos e pela repressão política. Somente em 1990, com o término da ditadura, o Chile começou a trilhar o caminho de volta à democracia.

SAIBA MAIS

DOCUMENTÁRIO - "A BATALHA DO CHILE" (1973)



Fonte da imagem: <https://cineminhazumbacana.wordpress.com/2019/07/16/a-batalha-do-chile-1975-a-1979/>
Data de acesso: 10/06/2024

A Batalha do Chile é um documentário histórico, de 1973, dirigido por Patricio Guzmán. O documentário é dividido em três partes, cujos títulos são *A insurreição da burguesia*, *O golpe militar* e *O poder popular*, abarcando os meses de maior tensão política no país, durante o governo de Salvador Allende, até culminar no golpe de 11 de setembro, liderado pelo general Augusto Pinochet.

Disponível em: A Batalha do Chile Parte I - A Insurreição da Burguesia (Parte I)

A Batalha do Chile Parte II O Golpe de Estado (Parte II)

A Batalha do Chile Parte III O Poder Popular (Parte III)

ARGENTINA (1976)

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a Argentina enfrentava uma crise econômica aguda, com altas taxas de inflação, desemprego e uma dívida externa significativa. Além disso, o país estava dividido por tensões políticas e sociais, com a atuação de grupos armados de esquerda e direita, que deixavam de lado o debate político e abraçavam, cada vez mais, a violência como forma de ação política. Como fruto dessa violência política, o país havia passado por outros três golpes militares prévios ao de 1976: um, em 1955 (que derrubou o governo populista de Juan Domingo Perón), outro, em 1962, e outro, em 1966.

No ano de 1973, houve eleições democráticas na Argentina, em que venceu Héctor Cámpora, ligado a Perón. O velho líder populista pôde então retornar do longo exílio na Espanha e se candidatar à presidência. Assim, Perón voltou ao poder de forma democrática em uma nova eleição, convocada no mesmo ano. Porém, com a sua morte no ano seguinte, quem iria dar continuidade ao seu governo seria sua esposa Isabelita Perón, eleita vice-presidenta.

O breve governo de Isabelita Perón foi marcado por grande violência política, com a atuação de grupos revolucionários de esquerda e de grupos paramilitares de direita. Sequestros, ataques à bomba, assaltos e assassinatos por motivação política passaram a ser rotina. Finalmente, em 27 de março de 1976, os militares depuseram Isabelita Perón e implantaram um regime de terror, alegando a necessidade de restaurar a ordem e a segurança nacional. O que se seguiu foi um período de repressão brutal e violações dos direitos humanos. Centenas de opositores políticos foram presos, torturados e executados em centros clandestinos de detenção, em um período conhecido como *Processo de Reorganização Nacional*. Muitos cidadãos foram forçados ao exílio e a censura foi imposta à imprensa e à liberdade de expressão. Além da repressão interna, o regime militar implementou políticas econômicas neoliberais, abrindo a economia para o mercado internacional e promovendo privatizações.

O terrorismo de Estado da última ditadura militar na Argentina deixou um legado sombrio na memória coletiva dos argentinos. O país passou por um longo processo de reconciliação e justiça após o retorno à democracia em 1983. Nos anos subsequentes, vários militares foram julgados e condenados por violações aos direitos humanos e a sociedade argentina buscou enfrentar o passado traumático por meio de comissões de verdade e memoriais em homenagem às vítimas. A ditadura permanece como um capítulo doloroso na história argentina, lembrando a importância da preservação dos direitos humanos e da democracia.



SAIBA MAIS

FILME – “A HISTÓRIA OFICIAL” (1985)

A História Oficial é um filme argentino, de 1985, dirigido por Luis Puenzo e estrelado pela renomada atriz argentina Norma Aleandro. Vencedor do Oscar de *Melhor Filme Estrangeiro*, a história se passa durante a ditadura militar argentina, em que a repressão

e as violações aos direitos humanos são tratadas por meio das dúvidas de uma mulher de classe média que suspeita que a criança adotada por ela e o marido pode ser filha de alguma desaparecida política.



Fonte da imagem: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-1107/>

Data de acesso: 10/06/2024

UNIDADE 4

A OPERAÇÃO CONDOR

A *Operação Condor* foi uma estratégia de cooperação e coordenação política entre diversas ditaduras militares na América do Sul, durante as décadas de 1960 e 1970. O termo “condor” refere-se ao abutre andino, símbolo escolhido para representar essa aliança.

Instituída oficialmente na *I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional*, realizada em Santiago no Chile, em 1975, à convite de Manuel Contreras, chefe da polícia política da ditadura do general Augusto Pinochet, e com a participação de enviados dos governos da Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil, essa coordenação de ações de inteligência entre os militares da região (respaldados pelos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional) visava ao aprofundamento do combate antissubversivo no continente, através da troca de informações e da realização de operações conjuntas entre os órgãos de repressão dos diversos países membros, com o intuito de eliminar os “inimigos internos” desses regimes e de liquidar qualquer forma de oposição. A tortura, o sequestro e o assassinato eram métodos frequentemente utilizados para reprimir a oposição e instilar o medo na população.

A *Operação Condor* foi o expoente máximo da cooperação repressiva entre as ditaduras militares do Cone Sul e a institucionalização de um espírito de cumplicidade e impunidade que compartilhavam os militares em relação aos crimes cometidos em nome da “segurança nacional” de seus países.

PARA COMPREENDER

1. De que forma os Estados Unidos se beneficiavam dos preceitos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional?

2. Por que o uso da tortura em interrogatórios era justificável segundo a doutrina da Guerra Revolucionária?

3. Observe a charge a seguir, de autoria do cartunista Latuff. O que ela está representando?



PRATICANDO EU APRENDO

1) (Enem/2016) A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul, entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas.

PADRÓS, E. S. et al. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Porto Alegre: Corag, 2009 (adaptado).

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a

- a) modificação de limites territoriais.
 - b) sobrevivência de oficiais exilados.
 - c) interferência de potências mundiais.
 - d) repressão de ativistas opositores.
 - e) implantação de governos nacionalistas.
- 2) (UECE 2024/1) Em 31 de março de 1964, um golpe militar derrubou João Goulart, iniciando o período de 21 anos da Ditadura Militar brasileira. No que diz respeito a esse período, assinale a afirmação verdadeira:
- a) Quando o General Médici assumiu a presidência, o Brasil estava em pleno crescimento econômico, especialmente nos setores da indústria automobilística e construção civil.

- b) A ditadura militar brasileira seguiu a mesma trajetória de outras ditaduras instaladas na América Latina do período, como a ditadura argentina e a ditadura chilena.
- c) O primeiro período da ditadura, de 1964 a 1968, foi o período mais difícil, marcado por prisões, torturas e assassinatos de presos políticos; por isso, esse período é conhecido como os anos de chumbo.
- d) A abertura política no Brasil começou no governo do General João Batista Figueiredo.

PARTE 2:

O CICLO DO TERROR

UNIDADE 5

O QUE É TERRORISMO DE ESTADO?

O Terrorismo de Estado é um mecanismo específico de imposição do poder através da violência, que foi usado pelas Ditaduras Militares da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional. Esse mecanismo de imposição do poder utilizou de ações coercitivas ou “pedagógicas” dos governos militares repressores, que, através de violência física ou psicológica contra um “inimigo interno”, produziu na sociedade civil uma sensação de medo generalizada, conhecida também como “cultura do medo”. A sociedade deveria se enquadrar no conjunto de regras e padrões de comportamento político e social, desejado pelos militares e pelos grupos sociais e econômicos que os apoiavam, e esse enquadramento viria através do medo e do terror. A falta de definição clara sobre quem era o “inimigo interno” ajudava ainda mais a propagar a “cultura do medo”. Além dos alvos já conhecidos (partidos políticos de oposição, movimentos sociais, militantes políticos, movimentos revolucionários armados), qualquer um poderia se transformar em “inimigo”. Isso causava medo, paralisia, silêncio e imobilismo político, o que ajudava a manter as coisas como estavam.

O conceito de Terrorismo de Estado foi comumente associado pelos historiadores à atuação violenta das ditaduras militares dos nossos países vizinhos, que vivenciaram processos de redemocratização diferentes dos nossos, em que muitos militares foram presos e julgados após o final das ditaduras. Nesses países, especificamente na Argentina e no Chile, a violência da repressão ficou muito mais conhecida pela sociedade civil, pois diversas políticas de preservação da memória e de aplicação da justiça foram colocadas em prática pelos governos democráticos. A validação dos testemunhos das vítimas, a mobilização dos movimentos sociais que exigiam justiça e a aplicação da justiça aos militares envolvidos em crimes como sequestros, torturas e execuções fez com que a sociedade civil desses países desenvolvesse uma visão negativa da ditadura, associando-a à violência do terrorismo de Estado.

SAIBA MAIS

FILME – “ARGENTINA, 1985”

“Argentina, 1985” é um filme argentino, de 2022, produzido por Santiago Mitre e estrelado pelo renomado ator Ricardo Darín. Foi premiado com o Globo de Ouro de Melhor Filme em língua não-inglesa, em 2023, e concorreu ao Oscar de melhor filme internacional no mesmo ano. O filme foi inspirado na história real de Julio Strassera e Luis Moreno Ocampo, promotores de justiça que, em 1985, logo após o fim da ditadura militar na Argentina, começam a investigar e

levar a julgamento os responsáveis pelas violações aos direitos humanos naquele país. No filme, Strassera e Ocampo enfrentam a influência das pressões políticas e militares e reúnem uma equipe de advogados para levar a cabo o julgamento dos militares.



Fonte da imagem: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-1107/>

Data de acesso: 10/06/2024

Já no Brasil, devido ao nosso processo de redemocratização ter sido mediado, em muitos casos, pelos próprios militares, seja através da Lei da Anistia de 1979, que livrou da justiça os militares envolvidos com a repressão, ou seja através da própria abertura política “lenta, gradual e segura”, que condicionou nossa democracia a um processo de esquecimento do passado sombrio da ditadura, em nome de uma suposta “pacificação nacional”, não houve uma associação imediata do conceito de terrorismo de Estado à ditadura civil-militar instalada em 1964. Foi somente através das diversas pesquisas históricas, da revelação de documentos da época da ditadura e dos testemunhos posteriores de vítimas (principalmente no contexto da Comissão Nacional da Verdade, que atuou entre 2011 e 2014 com o intuito de trazer a público as violações cometidas por agentes do Estado durante a ditadura) que se passou a fazer a associação necessária entre as premissas do terrorismo de Estado e a atuação da repressão no Brasil.

SAIBA MAIS

BRASIL: NUNCA MAIS

O Projeto *Brasil: Nunca Mais* foi realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura militar no Brasil e publicado no ano de 1985. Foi desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright. O projeto sistematizou informações de mais de 1 milhão de páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM), que revelam a extensão da repressão política no Brasil, cobrindo o período que vai de 1961 a 1979.

A editora Vozes publicou um livro, com o mesmo título do Projeto, com um compilado de alguns desses documentos juntamente com textos de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento sobre a ditadura. O livro *Brasil: Nunca mais* -

um relato para a história (1985) tornou-se um dos mais vendidos do Brasil e o acervo documental, que atualmente está na Universidade de Campinas (Unicamp), é um dos mais importantes acervos de documentação referentes à ditadura militar no Brasil.



Fonte da imagem: <https://books.google.com.br/books/publisher/content?id=CGVuEAAAQBAJ&hl=pt-BR&pg=PA1&img=1&zoom=3&bul=1&sig=ACfU3U23FqAF2n17rxlmaykSx2xqMLYdsQ&w=1280>. Data de acesso: 21/05/2024.

UNIDADE 6

SEQUESTROS, TORTURA, PRISÃO E DESAPARECIMENTO

As ditaduras influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional implementaram seus regimes autoritários, como já vimos, através da violência do terrorismo de Estado. Para atingir seu objetivo de dominar a sociedade através do medo, criaram estratégias de ação para combater o que chamavam de “inimigo interno”. Segundo a historiadora Caroline Bauer, essas estratégias consistiam em: produção de informações a partir da “lógica da suspeição”, ou seja, qualquer um poderia ser suspeito de alguma coisa; sequestro como forma de detenção; realização de interrogatório; presença de torturas físicas e psicológicas; censura e desinformação; e, principalmente, prática do desaparecimento forçado de pessoas, característica específica da repressão desses regimes.

Ainda segundo a historiadora, nos países latinoamericanos onde houve ditadura militar, como Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, cerca de 90 mil pessoas foram vítimas desse tipo de desaparecimento forçado. Essas pessoas estão desaparecidas até os dias de hoje. Não sabemos onde estão seus corpos. Seus familiares jamais puderam realizar um enterro e vivenciar o luto. Muitos ainda aguardam notícias, mesmo depois de tantos anos. Por causa disso, é possível dizer que o desaparecimento é um crime contínuo, que suspende a vida e suspende a morte. É um passado que não passa. É justamente esse o motivo por que muitos movimentos sociais que defendem a Memória, Verdade e Justiça sobre nosso passado ditatorial continuam mobilizados até hoje para o esclarecimento dessas desapareições e a punição aos responsáveis por elas.

Vamos compreender, em linhas gerais, quais eram essas estratégias de implantação do terrorismo de Estado utilizadas pelas ditaduras.

O SEQUESTRO

O sequestro das vítimas foi uma prática comum a todas as ditaduras de segurança nacional da América Latina, sendo um dos mais eficazes métodos de implantação do terror. No Brasil, os primeiros sequestros ocorreram ainda em 1964. Muitas pessoas foram levadas a centros de detenção improvisados, como estádios de futebol e centros de reclusão de menores infratores. Somente nos primeiros meses da ditadura, estima-se 50 mil presos políticos, muitos dos quais passaram por uma fase de sequestro. A partir da decretação do Ato Institucional nº 5, institucionalizou-se a prática do sequestro, conferindo maior agilidade e rapidez na obtenção de informações. Dados do relatório *Brasil: Nunca Mais* estimam que houve 7.367 acusados judicialmente e 10.034 atingidos na fase de inquérito.



Cena da protagonista do filme argentino “Garage Olimpo” (1999), em que uma professora é sequestrada pelos repressores e levada com os olhos vendados a um centro clandestino de detenção

Fonte da imagem: https://f.notrecinema.com/images/filmsp/garage-olimp_66443_13138.jpg. Data de acesso: 10/06/2024

As operações de sequestro poderiam ocorrer nas residências das vítimas, com a presença ou não de seus familiares, em locais de estudo ou trabalho, na via pública ou em locais onde se encontravam legalmente presos. Essas operações ocorriam geralmente à noite ou nos finais de semana para dificultar a mobilização dos familiares em busca do paradeiro da vítima. Muitos sequestros ocorriam de madrugada, sem que fossem informados por quem e para onde a pessoa estava sendo levada. Essas operações frequentemente envolviam um grande número de agentes de segurança, às vezes, fortemente armados, com o intuito de desmoralizar o sequestrado e gerar pânico e medo tanto na vítima quanto nas testemunhas do sequestro. Quando havia a presença de crianças no momento da operação de sequestro, muitas vezes, elas eram entregues a familiares ou vizinhos ou até mesmo ao juizado de menores. No entanto, há registro de crianças que foram encaminhadas às dependências policiais, onde presenciavam a tortura dos familiares, sendo ameaçados e até torturados também, como uma forma de destruir as resistências dos seus pais.



Crianças detidas e fichadas pelo DOPS, juntamente com seus pais, que foram torturados durante a ditadura militar no Brasil

Fonte da imagem: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/livro-reune-historias-de-criancas-presas-torturadas-ou-exiladas-durante-ditadura-no-brasil-14496104>. Data de acesso: 10/06/2024.

No momento em que era sequestrada, a vítima era privada de movimentos, geralmente algemada, encapuzada ou vendada, com o intuito de garantir que não houvesse resistência nem reconhecimento dos agentes envolvidos no sequestro ou do local para onde estava sendo levada. Dessa forma, já começava um processo de tortura psicológica, pois a vítima sentia-se angustiada, indefesa, desorientada, à mercê dos agentes da repressão. A condição de sequestrada era a garantia de que a vítima estaria totalmente indefesa, sem direito a nenhum tipo de acompanhamento por familiares, advogados ou defensores. Totalmente à mercê da brutalidade dos interrogatórios e das torturas.

O INTERROGATÓRIO E A TORTURA

Ao chegar ao local do aparato repressivo para onde estava sendo levada, a vítima podia ser imediatamente encaminhada para o interrogatório ou esperar por horas, numa forma de aumentar ainda mais sua angústia e pânico. O interrogatório era uma das principais formas dos agentes da repressão obterem informações, para isso, utilizavam diversos métodos de tortura. Na ditadura brasileira, havia leis que determinavam regras para os interrogatórios: o Ato Institucional Nº 2 dizia que os interrogatórios não poderiam se estender por mais de quatro horas ininterruptas nem ocorrer após às 18 horas. No entanto, essas regras eram geralmente desobedecidas pelos agentes da repressão.

Uma das técnicas de interrogatório era submeter a vítima a sessões muito longas, com o intuito de fazê-la cair em contradição ou ficar exausta e diminuir sua resistência. Os agentes da repressão costumavam fazer revezamentos nessas longas sessões e sempre alternavam a personalidade: um apresentava-se como extremamente violento e logo após vinha outro apresentando-se como “amigo” da vítima, oferecendo benefícios em troca de informações que ela pudesse dar. Dessa forma, muitas confissões e documentos em branco eram assinados pelos sequestrados, que eram submetidos aos mais variados tipos de pressões psicológicas, chantagens e violências físicas. Os prisioneiros eram privados de água e alimentos, com o intuito de debilitar sua condição física e também de servir de moeda de troca para a obtenção de informações. Durante o período em que estavam sequestrados, era-lhes fornecido apenas o mínimo necessário para mantê-los vivos. Todos esses métodos de interrogatório eram ensinados em Manuais específicos nas escolas militares influenciadas pela Doutrina de Segurança Nacional.

Já a tortura contra opositores políticos nunca foi uma novidade na história dos países da América Latina. O que se observa na conjuntura dos anos 1960, 1970 e 1980 é sua institucionalização nas forças de repressão e um “aperfeiçoamento técnico” oriundo do conhecimento adquirido por franceses e estadunidenses, compartilhado entre os militares latino-americanos. Quase sempre havia a presença de um médico ou outro profissional da saúde nas sessões de tortura, para reanimar a vítima ou assinar laudos e atestados de óbito falsos, o que demonstra a cumplicidade de alguns desses profissionais com os crimes cometidos nessas sessões.

A principal função da tortura era a “quebra” do indivíduo torturado, ou seja, não só a quebra de sua resistência física, mas principalmente a psicológica, seus valores, suas crenças, suas visões de mundo. Para os repressores, era necessário destruir as bases ideológicas do torturado e reenquadrá-lo no que o regime considerava o correto a se pensar. Muitos prisioneiros também eram obrigados a assistir companheiros sendo torturados, numa espécie de demonstração de que não haveria ninguém por eles, que estavam totalmente à mercê da repressão. Por fim, a tortura tinha uma função social: a imagem da pessoa torturada, após sua liberação, era um aviso à sociedade do que

poderia acontecer caso houvesse discordância e mobilização contra o regime imposto. Era a disseminação do medo e da paralisia entre a sociedade civil, que era parte da lógica da imposição do poder através do terrorismo de Estado.

A tortura causava um grande trauma ao indivíduo torturado, deixando sequelas psicológicas que os acompanhariam pelo resto de suas vidas, tais como: fobias, ansiedades, crises de pânico, alterações profundas nas formas de se relacionar consigo mesmo e com o mundo exterior, dificuldades na reinserção social após o período traumático e um permanente sentimento de insegurança. Havia ainda, nas vítimas de torturas sexuais, o medo de perder sua capacidade reprodutiva.

No Brasil, o uso da tortura em interrogatórios durante a ditadura civil-militar foi generalizado e institucionalizado. Muito do que sabemos sobre as torturas às quais os prisioneiros brasileiros foram vítimas estão no relatório do *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, já mencionado neste fascículo. Nosso país foi considerado um verdadeiro “laboratório” de técnicas de tortura, inclusive com o uso de prisioneiros como cobaias em aulas demonstrativas, onde as vítimas foram submetidas a simulações de fuzilamento perante uma plateia de mais de cem pessoas. Os militares jamais admitiram a existência de tortura durante a ditadura e as denúncias na época não encontravam grande repercussão devido à censura imposta pelo Ato Institucional Nº5. Somente com o início da abertura política, ao final dos anos 1970, a sociedade brasileira começou a ter conhecimento dos casos de tortura ocorridos nos porões da ditadura.

Dos mais variados tipos de tortura aplicados durante a ditadura, o choque elétrico foi o mais utilizado. Fios eram amarrados nas partes mais sensíveis do corpo da vítima (língua, mãos, órgãos genitais, ouvidos) e ligados à corrente elétrica. Os choques causavam queimaduras, convulsões, desmaios e, a longo prazo, necrose da pele, hemorragias e até a morte. Eram aplicados juntamente ao “pau de arara” e à “cadeira do dragão”.



Desfile militar ocorrido em 1970, em Belo Horizonte (MG), em que membros da PM desfilaram com um homem pendurado em um pau de arara.

Fonte da imagem: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/justica-condena-governo-federal-mg-e-funai-por-campo-de-concentracao-indigena-na-ditadura-militar.shtml>. Data de acesso: 10/06/2024.

O “pau de arara” e a “cadeira do dragão” eram instrumentos utilizados para a tortura através de choques elétricos. No “pau de arara”, o prisioneiro era despido, amarrado pelos tornozelos e punhos, deitado ao chão e pendurado em uma barra por

entre os braços e joelhos, que era suspensa por dois cavaletes. Dessa forma, o corpo do prisioneiro ficava suspenso e os choques eram aplicados em diversas partes de seu corpo. Já a “cadeira do dragão” foi utilizada pela repressão no Rio de Janeiro e em São Paulo e consistia numa espécie de cadeira elétrica feita de chapas de aço, conectada a um dínamo que gerava energia. O prisioneiro era sentado e amarrado, geralmente molhado, para ampliar o efeito dos choques elétricos.



Cena da novela “Amor e Revolução”, exibida em 2011 pelo SBT, que reproduziu um prisioneiro sendo torturado em uma “cadeira de dragão”.

Foto: SBT / Divulgação / Foto Lourival Ribeiro

Mesmo após serem liberados dos centros de detenção da ditadura, as vítimas da tortura continuavam sofrendo com seus efeitos, tanto físicos quanto psicológicos. Deveriam responder a processos criminais na justiça militar, conviver com o medo de voltarem a ser torturadas, continuavam sendo monitoradas pela repressão e também enfrentavam muitas dificuldades nas relações sociais e na reinserção ao mercado de trabalho, por terem sido fichadas nos órgãos de repressão como “subversivas” ou “terroristas”. A tortura deixou traumas profundos nos torturados e na história recente do nosso país.

O DESAPARECIMENTO

A desapareção de opositores políticos é uma prática de terror de Estado que tem suas origens históricas modernas na Espanha franquista, com os chamados “passeios”, em que membros de grupos franquistas executavam republicanos nas aldeias que conquistavam no decurso da guerra civil (1936-1939). A Alemanha nazista também utilizou tal prática, instituída através do *Decreto Noite e Nevoeiro*, de 1942, que orientava os agentes da SS³ a realizar desapareções sem rastro de membros da resistência na “neblina da noite”, com a alegação de que era a forma mais eficaz no

3 A “SS” (Schutzstaffel) foi uma organização paramilitar criada por Adolf Hitler em 1925, originalmente para servir como sua guarda pessoal. Com o tempo, a SS se tornou uma das organizações mais poderosas e temidas do regime nazista. Suas funções incluíam a segurança interna e externa do partido nazista, a aplicação da política racial e o controle dos campos de concentração e extermínio durante o Holocausto.

combate à resistência nos países ocupados da Europa ocidental, pois abalava a moral da população civil que apoiava a resistência. Lição esta que foi rapidamente adotada e posta em prática, posteriormente, pelos militares franceses nas guerras coloniais da Argélia e Indochina, que a incorporaram à doutrina da Guerra Revolucionária e a exportaram para os militares estadunidenses. Todos os casos de desaparecimento perpetrados pelas ditaduras de segurança nacional da América Latina foram casos de desaparecimento forçada, ou seja, contra a vontade da vítima. Até aqueles que foram detidos e liberados pouco tempo depois estiveram na condição de detido-desaparecido em algum momento.

No Brasil, os primeiros casos de desaparecimento datam de 1964, que são os de João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, sindicalistas rurais, integrantes das *Ligas Camponesas da Paraíba* e membros do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). O relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, reconheceu a existência de 434 mortes e desaparecimentos, no período compreendido entre 1946 (início da chamada “República populista” no Brasil) e 1988 (início da vigência da nossa atual Constituição), a maioria ocorrida no período da ditadura civil-militar (1964-1985).

O governo militar fornecia informações dúbias ou ambíguas aos familiares dos desaparecidos. Isso contribuía ainda mais para a manutenção do sentimento de angústia e aflição por não se saber o paradeiro do ente querido. Na versão dada pelos militares, os desaparecidos haviam fugido para o exterior ou estavam vivendo na clandestinidade. Com a Lei da Anistia, de 1979, poucos que estavam realmente nessa condição retornaram às suas famílias.

O desaparecimento foi considerado a tática mais ideal dos regimes de segurança nacional, pois, na sua lógica desumana, não deixava vítimas nem provas dos crimes cometidos. Também impedia qualquer medida legal de defesa do prisioneiro e garantia da sua vida, assim como causava na sociedade um sentimento generalizado de medo, pânico e paralisia. Apesar de tudo isso, a prática do desaparecimento suscitou o surgimento de movimentos e redes de apoio entre os familiares dos desaparecidos, que buscavam trocar informações sobre o paradeiro de seus entes queridos, além de servir como uma plataforma de denúncia dos crimes que estavam acontecendo nos porões da ditadura. Essas redes foram fundamentais para o suporte psicológico dessas famílias e delas surgiram movimentos sociais que ainda hoje são protagonistas na luta por Memória, Verdade e Justiça.

UNIDADE 7

OS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

- Surgiu na década de 1920 como um departamento das polícias estaduais especializado no monitoramento e repressão de atividades políticas. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), teve um papel central na repressão. Foi mantido pela Constituição de 1946 e, após o golpe de 1964, desempenhou um papel crucial na repressão a atividades políticas consideradas subversivas pela ditadura militar. Suas atribuições incluíam investigação, prisão e interrogatório de opositores políticos, jornalistas, artistas e qualquer pessoa considerada uma ameaça ao governo. O órgão foi responsável por violações aos direitos humanos, prisões arbitrárias, torturas e execuções. Durante os anos de chumbo, o DOPS tornou-se sinônimo de repressão e arbitrariedade. Muitos opositores políticos foram perseguidos, presos e submetidos a tratamentos desumanos em suas dependências. Um de seus delegados mais conhecidos foi Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo, que ficou famoso por liderar o Esquadrão da Morte. Esse “Esquadrão”, a pretexto de eliminar criminosos comuns, chegou a assassinar centenas de brasileiros, muitos dos quais não tinham registro de qualquer tipo de antecedente criminal. Com a redemocratização do país, na década de 1980, os DOPS foram extintos.



Prédio que abrigou o DOPS de São Paulo. Hoje, no local, funciona o Museu da Resistência, que trata da memória sobre a ditadura militar.

SNI (Serviço Nacional de Informações) - Criado imediatamente após o golpe de 1964, era um órgão mais voltado à espionagem e monitoramento de cidadãos que poderiam ser considerados “inimigos internos” da ditadura. Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, baseava-se nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional ensinadas na Escola Superior de Guerra do Exército.

OBAN (Operação Bandeirantes) - Surgiu em 1969, em São Paulo, como um órgão oficial que tinha o intuito de centralizar e integrar as ações repressivas nesse estado. Era um organismo oficial, mas não estava prevista nem normatizada por nenhuma lei da época. Segundo o informe *Brasil: Nunca Mais*, a OBAN contava com apoio financeiro de grupos multinacionais, como o Grupo Ultra, Ford, General Motors e outros, além de indícios de que também contava com ajuda financeira norte-americana. A OBAN foi composta por efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil, Força Pública, Guarda Civil, ou seja, por todos os tipos de organismos de segurança e policiamento. A OBAN funcionava numa delegacia de polícia na cidade de São Paulo, cujos agentes cometeram diversas violações aos direitos humanos, como sequestros, torturas e prisões arbitrárias.

DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) - O Sistema DOI-CODI surgiu em 1970 através da “bem sucedida” experiência da OBAN, numa tentativa de levar a iniciativa ocorrida em São Paulo para todo o Brasil. O país foi dividido em seis “zonas de defesa interna”, que contavam, cada uma, com um CODI - um escritório que reunia representantes de todas as forças de segurança (Forças Armadas e Polícias), comandadas pelo Exército. O CODI tinha a função de planejar e coordenar as atividades repressivas. Seu braço de ação era o DOI, o destacamento que executava as ações repressivas, quer dizer, quem fazia o “trabalho sujo”. Esses destacamentos não possuíam uma composição fixa, ou seja, os homens que nele trabalhavam estavam sempre se revezando e provinham de todas as forças de segurança envolvidas. Costumavam contar com carros próprios, equipados com rádio. Os agentes do DOI-CODI foram responsáveis por diversas operações de sequestro, tortura, confronto direto com grupos de luta armada e execuções sumárias.



Edifício que abrigou o DOI-CODI do Rio de Janeiro.

UNIDADE 8

A LEGISLAÇÃO REPRESSIVA

Diferentemente das ditaduras de segurança nacional dos países vizinhos, a ditadura brasileira procurou manter uma aparência de legalidade em suas ações arbitrárias. Para isso, foram deliberados uma série de atos e decretos, assim como leis específicas que deram fundamento à repressão política. Vamos entender brevemente a legislação repressiva da ditadura militar:

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN) - Decretada no Brasil em 1967, ao final do governo do general Castelo Branco. Essa legislação foi concebida sob a justificativa de garantir a segurança do Estado, porém, ao longo dos anos, foi utilizada como instrumento para reprimir opositores políticos e silenciar vozes discordantes. A LSN conferiu amplos poderes ao governo para lidar com supostas ameaças à ordem pública e à segurança nacional. Seus dispositivos eram vagos e passíveis de interpretações amplas, o que permitiu uma aplicação arbitrária da lei. A legislação previa punições severas para atividades consideradas subversivas, conspiratórias ou contrárias aos interesses do regime militar. Durante o período de vigência da LSN, o governo usou a lei para justificar prisões, torturas e perseguições políticas. Opositores, ativistas, artistas e jornalistas foram frequentemente alvo da repressão do Estado, com base nos termos ambíguos da legislação. A LSN também possibilitou a censura e o controle da imprensa, contribuindo para a manutenção do autoritarismo e a supressão das liberdades individuais. Com o recrudescimento das ações da luta armada e da repressão da ditadura, a LSN foi alterada em 1969, fortalecendo ainda mais os dispositivos do terrorismo de Estado. Após o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, a LSN permaneceu em vigor, sofrendo algumas alterações ao longo do tempo. No entanto, sua aplicação foi bastante reduzida e contestada devido ao seu caráter autoritário e incompatível com os princípios democráticos. Em 2021, o Congresso Nacional aprovou uma nova lei para substituir a LSN, revogando alguns de seus dispositivos mais controversos.

ATO INSTITUCIONAL Nº 1 (AI-1) - Primeiro decreto da ditadura após o golpe de 1964. O principal objetivo era consolidar o golpe militar e estabelecer as bases para a implementação de um regime autoritário. Entre as medidas mais significativas estavam a cassação de mandatos e direitos políticos de opositores da ditadura e a instauração de um clima de repressão política. O ato limitou drasticamente os poderes do Congresso Nacional e conferiu ao general Humberto de Alencar Castelo Branco poderes excepcionais para governar por decreto.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2 (AI-2) - Decretado em 1965, proibiu a criação de partidos políticos surgidos no Brasil

após o retorno da democracia, em 1946. Além disso, determinou o bipartidarismo, permitindo a existência de apenas dois partidos: a ARENA (Aliança Revolucionária Brasileira), que congregava políticos apoiadores da ditadura e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que funcionava como uma “oposição consentida” dentro da fachada de legalidade que os militares davam à ditadura militar.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (AI-5) – Decretado pelos militares em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva, em resposta às manifestações da sociedade civil contrárias à ditadura ocorridas ao longo do ano de 1968. Entre outras medidas de cunho autoritário, o AI-5 concedeu poderes extraordinários ao Executivo, suspendendo garantias individuais e instituindo um regime de exceção. Com a promulgação desse ato, a ditadura militar ganhou ampla autoridade para fechar o Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos políticos, suspender direitos políticos, censurar a imprensa e prender arbitrariamente qualquer pessoa considerada uma ameaça à segurança nacional. Em seu artigo 5º, em que suspendia os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, incluía a proibição de “atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”. O AI-5 consolidou o regime de terrorismo de Estado no Brasil ao permitir que as forças de segurança agissem contra a oposição sem nenhum tipo de controle jurídico, político ou social. Foi a partir do AI-5 que os órgãos de repressão puderam agir com mais autonomia, institucionalizando a tortura e disseminando o medo na sociedade brasileira. O período de vigência do AI-5 é conhecido como os “Anos de Chumbo”, em que a ditadura militar vendia uma imagem ufanista e nacionalista do Brasil, enquanto reprimia violentamente qualquer cidadão que considerasse um “inimigo interno”. O AI-5 foi revogado somente em 1979, no contexto da abertura política do governo do general Ernesto Geisel.

SAIBA MAIS

“MEMORIAL DA DEMOCRACIA”

MEMORIAL *da* DEMOCRACIA

O Memorial da Democracia é um site que funciona como um museu, dedicado à luta pela democracia no Brasil. Contém um vasto material audiovisual que abrange diversos períodos da história do nosso país em que a democracia esteve ameaçada.

Disponível em: Memorial da Democracia -

PARA COMPREENDER

1. Qual era o principal objetivo das estratégias de implantação do terrorismo de Estado?

2. Quais foram as consequências que a tortura deixou nas vítimas do terrorismo de Estado?

3. Observe a charge abaixo, do cartunista Ziraldo. A quem as cobras estão se referindo?



PRATICANDO EU APRENDO

1) (UECE 2019) Há 50 anos, em 13 de dezembro de 1968, o regime militar, então sob o governo do general Costa e Silva, baixou o Ato Institucional nº 5. O AI-5, como ficou conhecido, vigorou por 10 anos, até dezembro de 1978, sendo a expressão mais clara da ditadura militar brasileira, e resultou:

- a) Na cassação de deputados, prefeitos e vereadores de oposição ao governo e na decretação de recesso do Congresso Federal, como demonstração de intolerância dos militares em um momento de grande polarização ideológica.
- b) Na intervenção no Congresso Federal, contudo, ficaram preservadas a autonomia dos estados e municípios, o direito à livre expressão e a plena garantia do direito ao *habeas-corpus*.
- c) No aumento da popularidade do regime militar e na ampliação das garantias constitucionais e dos direitos individuais e sociais, que não foram alterados em nenhum aspecto com a publicação do AI-5.
- d) Na criação de um sistema político único, baseado no bipartidarismo, em que havia apenas o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional, ou ARENA, e o Movimento Democrático Brasileiro, ou MDB, que era a oposição permitida.

2) (ENEM 2023) No cemitério, a sociedade religiosa encarregada do funeral, aterrorizada, apressou a cerimônia de tal forma que a mãe de Herzog perdeu o momento em que o caixão do

filho começou a ser coberto pela terra. Quatro jornalistas que estavam presos no DOI chegaram para assistir ao sepultamento. Um se afastara, chorando. Dizia: *Eles matam, eles matam! Não pergunte nada. Não podemos dizer nada. Eles matam mesmo.* Falava-se baixo. Ouviram-se dois curtos discursos. O primeiro, da atriz Ruth Escobar: *Até quando vamos suportar tanta violência? Até quando vamos continuar enterrando nossos mortos em silêncio?* No segundo, Audálio Dantas recitou o *Navio negreiro*, de Castro Alves: *Senhor Deus dos desgraçados / Dizei-me Vós, Senhor Deus / Se é mentira, se é verdade, / Tanto horror perante os céus.*

GASPARI, E. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

O acontecimento descrito no texto, ocorrido em meados dos anos 1970, atesta a seguinte característica do regime político-institucional vigente:

- a) Incorporação da estética popular para justificar o ideal de integração nacional.
- b) Afirmação da estratégia psicossocial para favorecer o objetivo de propaganda cívica.
- c) Institucionalização de mecanismos repressivos para eliminar os focos de resistência.
- d) Adoção de cerimoniais públicos para controlar as manifestações de grupos opositores.
- e) Estatização de meios de comunicação para selecionar a divulgação de atos governamentais.

CULMINÂNCIA

A sugestão de CULMINÂNCIA proposta neste fascículo é a elaboração de uma sala temática sobre o Terrorismo de Estado e a ditadura civil-militar brasileira, que servirá como uma exposição itinerante sobre o tema. Para essa atividade prática, sugerimos que a turma seja dividida em equipes e que a/o professora/professor sorteie um subtema para cada equipe.

Sugestões de subtemas:

- ▶ Órgãos de repressão;
- ▶ Metodologia do Terrorismo de Estado;
- ▶ Legislação repressiva;
- ▶ Doutrina de Segurança Nacional.
- ▶ Golpe civil-militar de 1964;

Cada equipe deverá utilizar os materiais disponibilizados no fascículo para pesquisa, seja através dos textos didáticos ou dos materiais sugeridos, podendo utilizar também o Laboratório de Ensino de Informática (LEI) para realizar pesquisas em *sites* como o *Memorial da Democracia* (<http://memorialdademocracia.com.br/>), *Memorial da Resistência* (<https://memorialdaresistenciasp.org.br/>) ou o *Acervo FGP-CPDOC sobre a Ditadura Militar* (<https://acervo.cpdoc.fgv.br/ditadura-militar>).

Os materiais confeccionados poderão ser cartazes, fanzines, banners, colagens ou maquetes, que serão expostos no momento da CULMINÂNCIA. Sugerimos que, nesse momento, haja a participação de estudantes de outras turmas, que possam visitar a sala temática e conhecer o material produzido pela turma durante a atividade prática. As/os estudantes podem organizar visitas guiadas pela sala temática, momento em que apresentarão seus respectivos materiais. Pode-se organizar também a exibição de pequenos trechos dos filmes ou documentários sugeridos ao longo do fascículo, que poderão servir de ilustração para as apresentações e os debates propostos na sala temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil: Nunca Mais** - um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012

_____. **Um Estudo Comparativo das Práticas de Desaparecimento nas Ditaduras Civil-Militares Argentina e Brasileira e a Elaboração de Políticas de Memória em Ambos os Países**. 2011, 446 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universitat de Barcelona, Porto Alegre, Barcelona, 2011. 2 v.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento: Os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. **Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)**. Porto Alegre, 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001

PADRÓS, Enrique et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória** (Vol. 3: Conexão Repressiva e Operação Condor). Porto Alegre: CORAG, 2010.

_____. **Como el Uruguay no Hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): Do *Pachecato* à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 850 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 v.

_____. **Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das ditaduras de segurança nacional**. *Cadernos do NUPPOME*, ano 6, nº especial, fevereiro de 2024. Pelotas: UFPEL, 2024.

SOCA, Diego A. P. **Os voos da morte como método de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres na Argentina (1976.-1983)**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.